

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR



PROJETO
PESCAR
Atitudes que transformam vidas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de Dezembro de 2018

Relatório N°
04/18
MARÇO/2019

SUMÁRIO

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.....	7
2.1 - ATIVO.....	7
2.2 - PASSIVO.....	8
3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	9
4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	11
6 - NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	12

1 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores da

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Projeto Pescar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Projeto Pescar em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, e na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração e governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- avaliamos a adequação geral, estrutura, conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2019.

Paulo Rogério Martinez Nunes
Contador CRC/RS 052469/O-2
Sócio Responsável
Capital Auditoria Contábil e Fiscal S/S
CRC/RS nº 1.979

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM

31/12/2018

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Reais)

2.1 - ATIVO

A T I V O	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	1.574.449,87	1.182.203,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.151,47	9.608,51
Aplicações Financeiras (Nota 4)	1.258.551,59	890.828,46
Contribuições a Receber (Nota 5)	275.932,11	248.632,50
(-) Créditos de Difícil Liquidação - PCLD	-	(10.375,64)
Adiantamentos	24.220,00	30.212,27
Despesas Antecipadas	1.594,70	13.297,32
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.160.249,76	8.981.602,64
Aplicações Financeiras (Nota 4)	9.143.333,20	7.936.034,88
Investimento (Nota 6)	981.361,93	981.361,93
Imobilizado (Nota 7)	35.554,63	64.205,83
TOTAL DO ATIVO	11.734.699,63	10.163.806,06

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

2 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em Reais)

2.2 - PASSIVO

P A S S I V O	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE	541.367,49	302.563,67
Fornecedores Diversos	-	212,68
Prestadores de Serviços a Pagar	11.516,82	-
Obrigações trabalhistas (Nota 8)	16.231,67	21.271,84
Obrigações Sociais (Nota 8)	331,93	7.713,34
Obrigações fiscais	39,98	531,69
Provisão de Férias e Encargos	215.798,77	187.350,13
Contas a Pagar	239,70	3.189,82
Projetos Especiais (Nota 13 c)	289.401,22	64.615,17
Outros créditos	7.807,40	17.679,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	9.143.333,20	7.936.034,88
Fundo de Sustentabilidade (Nota 11)	9.143.333,20	7.936.034,88
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.049.998,94	1.925.207,51
Patrimônio Social (Nota 12)	1.925.207,51	1.939.813,52
Ajuste Exercício Anterior	-	6.274,79
Superávit/Déficit Acumulado	124.791,43	(20.880,80)
TOTAL DO PASSIVO	11.734.699,63	10.163.806,06

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	3.057.891,45	2.451.236,33
Doações de Mantenedores Institucionais (nota 13 a)	797.320,92	861.791,52
Doações de Mantenedores Rede Pescar (nota 13 a)	1.705.754,55	1.011.022,62
Doações de Pessoas Jurídicas (Nota 13 a)	36.361,28	0,00
Outras Doações de Projetos (nota 13 a)	302.155,55	464.065,00
Trabalho Voluntário (Nota 13 b)	471.523,48	554.695,62
(-) Trabalho Voluntário (Nota 13 b)	(471.523,48)	(554.695,62)
Nota Fiscal Gaúcha (Nota 13 a)	6.000,00	3.738,51
Outras Receitas – Fundo de Sustentabilidade (Nota 11)	210.299,15	0,00
Receita de Exercício Anterior - FECA 2015 (Nota 13 a)	0,00	67.855,40
Precatórios (Nota 13 a)	0,00	42.763,28
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.100.042,54)	(2.568.096,56)
Unidade Pescar Funciança	(157.079,53)	(297.648,05)
Parceria - Ministério Público do Trabalho	(56.526,82)	
Unidade Pescar - Demais Projetos	(81.158,41)	(157.464,47)
Despesas com Pessoal (nota 14 a)	(2.121.699,57)	(1.526.559,77)
Cota Patronal INSS	471.523,48	368.762,16
(-) Isenção Cota Patronal INSS	(471.523,48)	(368.762,16)
Despesas Administrativas (nota 14 b)	(683.578,21)	(586.424,27)
RESULTADO FINANCEIRO	42.151,09	93.893,05
Receitas Financeiras	45.245,61	95.135,40
Despesas Financeiras	(3.094,52)	(1.242,35)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL	0,00	(22.967,18)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	124.791,43	2.086,38
Outras Receitas e Despesas	90,58	2.086,38
Outras Receitas – Fundo de Sustentabilidade (Nota 11)	124.700,85	0,00
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	124.791,43	(20.880,80)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE EXERCÍCIO	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31/12/2015	1.736.100,31	-	67.808,21	1.803.908,52
Incorporação Superávit acumulado	67.808,21	-	(67.808,21)	-
Ajuste Exercício Anterior (nota 17)	-	99.266,60	-	99.266,60
(Déficit) Superávit do Período	-	-	36.638,40	36.638,40
Saldo em 31/12/2016	1.803.908,52	99.266,60	36.638,40	1.939.813,52
Incorporação Superávit acumulado	36.638,40	-	(36.638,40)	-
Ajuste Exercício Anterior (nota 17)	99.266,60	(92.991,81)	-	6.274,79
(Déficit) Superávit do Período	-	-	(20.880,80)	(20.880,80)
Saldo em 31/12/2017	1.939.813,52	6.274,79	(20.880,80)	1.925.207,51
Incorporação Superávit acumulado	(20.880,80)	-	20.880,80	-
Ajuste Exercício Anterior (nota 17)	6.274,79	(6.274,79)	-	-
(Déficit) Superávit do Período	-	-	124.791,43	124.791,43
Saldo em 31/12/2018	1.925.207,51	0,00	124.791,43	2.049.998,94

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		2018	2017
Resultado do Período		124.791,43	(20.880,80)
Ajustes ao resultado líquido			-
(+ Depreciação		37.229,14	39.554,96
(-) Reversão Depreciação de Ativo Imobilizado		-	(5.075,06)
(+ Ajuste de exercícios anteriores		-	6.274,79
Resultado Líquido ajustado	(1)	162.020,57	19.873,89
Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional	(2)	246.941,08	(148.143,05)
Aumento/Redução Contribuições a receber		(27.299,61)	(119.924,96)
Aumento/Redução Contas a Receber - PCLD		(10.375,64)	10.375,64
Aumento/Redução Adiantamentos		5.992,27	(1.391,81)
Aumento/Redução Despesas Antecipadas		11.702,62	(11.601,55)
Aumento/Redução Aplicações Longo Prazo		(1.207.298,32)	(3.530.372,96)
Aumento/Redução Fornecedores		(212,68)	212,68
Aumento/Redução Prestadores de Serviços a Pagar		11.516,82	-
Aumento/Redução Obrigações Trabalhistas		(5.040,17)	(4.914,81)
Aumento/Redução Obrigações Sociais		(7.381,41)	7.546,06
Aumento/Redução Obrigações Tributárias		(491,71)	376,38
Aumento/Redução Provisão de Férias e encargos		28.448,64	37.567,65
Aumento/Redução Contas a Pagar		(2.950,12)	(64.665,58)
Aumento/Redução Fundo de Sustentabilidade		1.207.298,32	3.530.372,96
Aumento/Redução Projetos Especiais		224.786,05	(15.265,53)
Aumento/Redução Antecipações		(9.871,60)	13.542,78
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1) (1+2)		380.844,03	(128.269,16)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(8.577,94)	4.331,36
Pagamento pela aquisição Imobilizado/Intangível		(8.577,94)	4.331,36
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimentos (2) (3)		(8.577,94)	4.331,36
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			-
Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamentos (3)			-
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)	(1+2+3)	372.266,09	(123.937,80)
Caixa e equivalente de caixa no início do período		900.436,97	1.024.374,77
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		1.272.703,06	900.436,97
Variação das contas Caixa/Bancos/Equivalentes		372.266,09	(123.937,80)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR

6 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A “**FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR**” é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, que sob a inspiração de GERALDO TOLLENS LINCK, foi instituída pela LINCK S.A. - EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDUSTRIAIS, adiante designada Fundadora, através de Escritura Pública lavrada pelo 6º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre - RS, aos 02 (dois) dias do mês de agosto de 1995, de acordo com o artigo 24 e seguintes do Código Civil Brasileiro, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação pertinente.

A Entidade foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 10.052, de 22 de setembro de 2006, Utilidade Pública Estadual pela Secretaria do trabalho, Cidadania e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul, através do título de n.º 002198 e certidão de registro n.º 311538 e de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria n.º 1522 de 08/11/2002, publicado no D.O.U. de 11 de novembro de 2002.

Em 2018 a Fundação Projeto Pescar com a participação das organizações parceiras atendeu 1.696 jovens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com as disposições aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial a Resolução CFC 1.409/12.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 - Base de Preparação das demonstrações contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, portanto, estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

a) Ativos Financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pela Entidade, representados pelas disponibilidades e aplicações financeiras estão classificadas como investimentos mantidos até o vencimento e registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos incorridos, que não é superior ao valor de mercado.

b) Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes, são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

c) Investimentos

O investimento registrado é demonstrado ao custo da doação recebida, em conformidades com a certidão do Sétimo Cartório de Família e Sucessões, homologada em 15 de março de 2006, de acordo com o mencionado na nota explicativa nº 6.

d) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais de depreciação, mencionadas na nota explicativa nº 7. A Administração analisou as taxas de depreciação em uso e entendeu que as mesmas estão apropriadas em relação aos níveis de utilização dos ativos.

e) Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de softwares, demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização.

f) Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço, considerando a segregação entre curto e longo prazo, com base nos prazos dos vencimentos das respectivas obrigações.

g) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

h) Isenções Fiscais

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi instituída, a Entidade possui isenção da Cota Patronal INSS, do Imposto de Renda, da Cofins e do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

i) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

j) Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que deveriam ser tratados nesta demonstração.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
CIRCULANTES – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.258.551,59	890.828,46
BRDESCO/HSBC AG.07192 CONTA 0038597-2 FIC CURTO	-	22.453,07
BANRISUL CONTA 06.15674-MST LP	274.923,55	-
BANRISUL 06.015674 SP CDB	-	82.926,23
BRDESCO H FI RF DI LP 0035899-1	705.519,83	733.781,51
BANRISUL VIP FI LP 06.119287.0-3	45.635,98	51.667,65
BANRISUL AG.0025 CTA 06.123177.0-8 – PARCERIA MPT	232.472,23	-
NÃO CIRCULANTE – FUNDO DE SUSTENTABILIDADE	9.143.333,20	7.936.034,88
CEF CDB FLEX EMPRESARIAL (FS)	1.623.152,77	1.528.347,46
BANCO BANRISUL AG.0025 CONTA 06.015674.0-2 SUPER CDB	1.572.155,42	1.775.628,01

BANCO BRADESCOA AG.07192 CONTA 0035899-1 FIC FI DI	528.048,31	481.167,83
BANCO BRADESCO/HSBC AG.07192 CTA 0038597-2 FI RF DI LP	260.853,07	276.100,07
BANCO BRASIL AG.5745-2 CONTA 103000-0 DI 500 MIL	829.049,52	782.288,62
BANCO BANRISUL AG.0025 CTA 06.118538.0-0 SUPER CDB DIARIA	1.147.211,34	1.078.255,15
BANCO BANRISUL AG.0025 CONTA 06.118538.0-0 LETRA FINANCEIRA	2.149.380,96	2.014.247,74
BANCO BRADESCO AG.7192 CTA 0035899-1 BRAD FICFIRF	1.033.481,81	-
TOTAL GERAL	10.401.884,79	8.826.863,34

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário, lastreados em CDI, com remuneração pós-fixada, no montante e em fundos de renda fixa com perfil conservador. São classificados como investimentos mantidos até o vencimento, uma vez que a Entidade tem intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento.

Do montante registrado em Aplicações Financeiras, **R\$ 1.258.551,59** estão classificados no Ativo Circulante, enquanto que **R\$ 9.143.333,20** estão registrado no Ativo Não Circulante. O montante de **R\$ 9.143.333,20** está registrado em contrapartida ao Passivo Não Circulante, haja vista tratar-se da aplicação do Fundo de Sustentabilidade da Entidade, que tem como finalidade a manutenção da mesma ao longo dos anos **conforme mencionada na nota nº11**.

5 - CONTRIBUIÇÕES A RECEBER

O saldo de contribuições a receber é formado por valores a receber de doações efetuadas em dinheiro por mantenedores. As receitas de mantenedores institucionais são doações recebidas para o pagamento das despesas fixas do projeto e para a expansão de novas unidades da Entidade. As receitas de mantenedores Rede Pescar são doações recebidas para o pagamento de despesas pós implantação do projeto nas empresas, o pagamento se dá por boleto bancário na forma de anuidade, dividida em parcelas mensais. Respeitadas as condições de transferências para as contas de créditos de difícil liquidação, as parcelas vencidas a mais de 60(sessenta) dias e realmente consideradas de difícil liquidação, deverão ser reclassificadas para rubrica contábil adequada, representativa de créditos em atraso.

CONTRIBUIÇÕES A RECEBER	2018
Contribuições a receber Rede	192.397,69
Contribuições a receber Institucional	83.534,42
TOTAL	275.932,11

6 – INVESTIMENTOS

Em 15 de março de 2006, conforme certidão do Sétimo Cartório de Família e Sucessões foi homologada no auto de partilha do legado deixado em testamento pelo fundador da Entidade Sr. Geraldo Tollens Linck. A partilha correspondente à Entidade deu-se em 640.000 ações preferenciais, equivalentes então a 24% das ações da sociedade Barlavento S/A, Este percentual modificou-se pelo cancelamento de ações em tesouraria, sem redução de valor, passando a constituir-se em 11,25% das ações da Investida.

Em 07 de dezembro de 2017 foi realizado Contrato de Permuta de Ações entre a Fundação Projeto Pescar, Bombordo Participações Ltda e a interveniente anuente Barlavento S.A., com a permuta de 640.000 ações ordinárias da interveniente anuente por igual número de ações preferenciais, sem impacto financeiro. O presente termo consagra a condição da Fundação Projeto Pescar, nunca ter detido qualquer poder de gestão e controle acionário da investida.

Em 31 de dezembro de 2018, este investimento em ações, que são avaliadas ao método do custo, menos quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável que possam vir a serem reconhecidas, considerando que a Investidora não exerce, comprovadamente, qualquer influência significativa ou não na administração da Investida, permanece contabilizado pelo valor declarado para fins do inventário, no montante de R\$ 981.361,93, o mesmo valor constante nas Demonstrações Contábeis de 31.12.2017.

7 – IMOBILIZADO

Neste exercício foi realizado o Inventário Patrimonial de todos os bens componentes do Ativo Imobilizado da Instituição. A administração entende que todos os valores registrados expressam a realidade.

IMOBILIZADO	TAXA DE DEPRECIACÃO ANUAL	2017	ADIÇÕES	BAIXAS	2018
Computadores e Periféricos	20%	157.882,92	2.683,16	-	160.566,08
Móveis e Utensílios	10%	40.650,96	-	-	40.650,96
Equipamentos Eletrônicos	10%	43.056,04	-	-	43.056,04
Veículos	20%	70.220,70	-	-	70.220,70
Computadores e Periféricos - Comodato	20%	204.511,65	-	-	204.511,65
(-) Depreciação Acumulada Pescar Normal		-452.116,44	-	-	-489.122,72
SUBTOTAL					29.882,71
IMOBILIZADO - PARCERIA MINIS.PÚBL.TRABALHO					
Computadores e Periféricos	20%	-	3.194,78	-	3.194,78
Móveis e Utensílios	10%	-	2.700,00	-	2.700,00
(-) Depreciação Acumulada		-	-	-	-222,86
SUBTOTAL		-	-	-	5.671,92
TOTAL GERAL		64.205,83	8.577,94	0,00	35.554,63

8 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	2018	2017
Banco de horas a pagar	16.231,67	21.271,84
Contribuição Sindical a pagar	331,93	231,43
FGTS a pagar	-	-
INSS a pagar	-	7.481,91
Total	16.563,60	28.985,18

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2018	2017
IRRF 1708 a recolher	15,60	123,73
PIS/COFINS/CSLL a pagar	24,38	407,96
TOTAL	39,98	531,69

10 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade obteve êxito no processo que moveu relativo ao PIS – folha de pagamento, conforme Ação Ordinária nº 2008.71.00.028239-2/RS, ficando isenta do tributo em

questão, através de decisão da Justiça Federal da 4ª região, em 28 de abril de 2009. Frente ao equivocado cancelamento, pelo MDS, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, este concedido pelo processo nº 440006.002752/2002-59, para o período de 27-09-2004 a 26-09-2007, a Fundação promoveu ação judicial nº 5008077-81.2012.4.04.7100, obtendo da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria de votos, o reconhecimento como entidade destinatária do CEBAS e imune às contribuições sociais. Decisão que foi ratificada, por decisão unânime (seis Desembargadores Federais) da 2ª Seção do TRF 4 após oposição de Embargos Infringentes pela União. A Receita Federal do Brasil, sem aguardar o desfecho judicial e do recurso administrativo, operou o lançamento de crédito tributário, exigindo o recolhimento da contribuição previdenciária patronal e relativo aos terceiros envolvendo o período de 01/01/2009 a 31/12/2012, no montante de R\$ 2.014.749,34. A tais lançamentos a Fundação apresentou impugnações, as quais tramitam na Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre.

11 - FUNDO DE SUSTENTABILIDADE

Com base no que preconiza a Resolução CFC 1.409 de 21/09/2012 a Entidade tem registrado em seu Passivo Não Circulante a importância de R\$ 9.143.333,20 referente ao Fundo de sustentabilidade da mesma, que servirá como lastro para a manutenção das atividades dela ao longo dos anos, estando a utilização desses, vinculado a critérios específicos e a prévia autorização do Conselho Curador. Em função dessa sistemática todo o rendimento financeiro das aplicações que lastreiam essa reserva deixa de ser registrado como receita financeira e passa a fazer parte do Fundo de Sustentabilidade. Baseado em aprovação de 23/03/2018 do Conselho Curador, em 27/12/2018 foi realizado um resgate de R\$ 335.000,00, da Aplicação Sustentabilidade no Banco Banrisul Ag.0025 Cta. 06.015674.0-2, e transferido para a Conta Corrente. Deste valor, foi utilizado R\$ 210.299,15 para a cobertura do Déficit Operacional do exercício, restando um excedente de R\$ 124.700,85, o qual fica contingenciado para compensação no exercício de 2019.

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Entidade está compreendido pelo patrimônio social e os resultados produzidos. Em caso de extinção da Entidade, seu patrimônio deverá ser revertido para uma entidade congênere no País, qualificada como organização de sociedade civil de interesse público, nos termos da Lei 9.790/99.

13 - RECEITA OPERACIONAL DA ATIVIDADE

As informações relacionadas ao cumprimento dos requisitos das isenções das contribuições sociais, conforme previsto na Lei 12.101/2009 são as que seguem abaixo:

a. Doações

As doações em dinheiro e bens recebidas pela Entidade em 2018, de pessoas físicas e jurídicas, correspondem a R\$ 2.847.592,30 e R\$ 2.451.236,33 em 2017).

b. Trabalho Voluntário:

Conforme determina a Resolução 1.409/12 do CFC a entidade passou a reconhecer como receita o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, tendo esse valor totalizado em 2018 a importância 471.523,48. O trabalho foi realizado por 1.952 voluntários, totalizando uma carga horária de 30.513,5 horas. Considerando a titulação das pessoas envolvidas onde cerca de 60% possui nível superior.

c. Projetos de subvenções:

A Entidade recebeu em projetos de subvenções em 2018, referente aos Projetos FECA, ITAU, FUNCRIANÇA, UPP TOPCAR/MOTUL E PARCERIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO sendo os mesmos registrados inicialmente no passivo, e somente transferidos para receita, quando da realização das despesas previstas pelo convênio.

Em 31/12/2018 partes dos recursos recebidos já haviam sido utilizados e as prestações de contas entregues. Portanto, restam saldos remanescentes a realizar, conforme demonstrado a seguir:

PROJETOS ESPECIAIS	2018	2017
Projeto FECA	-	5.430,83
Projeto ITAU	5.497,39	7.457,35
Projeto FUNCRIANÇA	109,08	1,61
Projeto UPP TOPCAR/MOTUL	45.636,69	51.725,38
Parceria - Ministério Público do Trabalho	238.158,06	-
TOTAL	289.401,22	64.615,17

d. Apresentação dos Gastos para o Desenvolvimento da Atividade Assistencial

BASE PARA APURAÇÃO DE % DE APLICAÇÃO DE RECURSOS	2018	2017
Receitas Totais	3.227.928,49	2.548.458,11
Despesas Totais com Atividade Assistencial (*)	3.103.137,06	2.569.338,91
Percentual de Despesas em Relação à Receita	96,13%	100,82%

DESPESAS TOTAIS C/ATIVIDADE ASSISTENCIAL DA ENTIDADE	2018	2017
Unidade Pescar Funcriança	157.079,53	297.648,05
Unidade Pescar - Demais Projetos	137.685,23	157.464,47
Despesas com Pessoal	2.121.699,57	1.526.559,77
Despesas Administrativas	683.578,21	586.424,27
Despesas Financeiras	3.094,52	1.242,35
Trabalho Voluntário	471.523,48	554.695,62
(-) Trabalho Voluntário	(471.523,48)	(554.695,62)
TOTAL	3.103.137,06	2.569.338,91

14. DESPESAS DA ATIVIDADE

DEPESAS COM PESSOAL	2018	2017
Despesas com Pessoal	1.304.571,53	884.594,21
Férias e 13º salário	301.872,93	289.555,53
Assistência Médica	112.636,31	103.125,45
Assistência Alimentar	175.951,61	-
Vale Transporte	32.097,55	-
Encargos Trabalhistas	157.427,75	102.890,65
Contribuição Previdenciária	454.236,25	368.762,16
(-) Isenção Cota Patrimonial	(454.236,25)	(368.762,16)
Outras despesas	37.141,89	146.393,93
TOTAL (Nota 14 a)	2.121.699,57	1.526.559,77

A variação nas despesas com pessoal ocorre devido à alocação das despesas nos projetos realizados pela Fundação.

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	2018	2017
Serviços de Terceiros e Consultorias	93.729,55	105.052,50
Viagens e Deslocamento	195.073,40	129.100,21
Comunicação e Publicidade	43.337,13	156.680,74
Conservação e Manutenção	3.879,49	321,78
Depreciação e Amortização	37.006,28	39.554,96
Locações	10.931,31	7.761,65
Alimentação	54.412,50	77.252,21
Outras Despesas	245.208,55	70.700,22
TOTAL (Nota 14 b)	683.578,21	586.424,27

15. SEGUROS CONTRATADOS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente. As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

COBERTURA DE PRÉDIOS	
Incêndio, Raio, Explosão, Implosão e Fumaça	645.000,00
Vendaval, Granizo, Furacão, Ciclone, Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves	55.000,00
Roubo e Furto mediante arrombamento	37.000,00
Danos Elétricos	37.000,00
Quebra de Vidros, Espelhos, Mármore e Anúncios	8.000,00
Equipamentos Estacionários e Eletrônicos	25.000,00
Aluguel (Perda ou Pagamentos)	50.000,00
Despesas com Instalações em Outro Local	30.000,00
Responsabilidade Civil Operações	60.000,00
Lucros Cessantes	60.000,00
Instalação e Equipamentos em Prevenção e Detecção e Combate a Incêndio	15.000,00
VALOR DAS COBERTURAS CONTRATADAS	1.022.000,00

COBERTURA DE VEÍCULOS	
Cobertura do casco	100% Tabela FIPE
Danos Materiais	500.000,00
Danos Corporais	500.000,00
Danos Morais	50.000,00
Morte	50.000,00
Invalidez Permanente	150.000,00
VALOR DAS COBERTURAS CONTRATADAS	1.250.000,00

COBERTURA SEGURO DE VIDA EM GRUPO	
Morte (Titular)	94.923,61
Morte Acidental IEA (Titular)	74.923,61
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente IEA (Titular)	74.923,61
Invalidez Funcional Permanente Total por Doença IFPDa (Titular)	74.923,61
Morte Complementar (Titular)	3.596,32
Auxílio Funeral Familiar - Com Reembolso	5.000,00
VALOR DAS COBERTURAS CONTRATADAS	328.290,76

16. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração engloba os Conselheiros Curadores, os Conselheiros Fiscais e os Diretores, os quais realizam seu trabalho de forma voluntária e gratuita.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

Afranio Chueire
Presidente
CPF: 322.241.929-91

Patrimonial Assessoria Contábil Ltda.
CRC-RS 2.781 CNPJ 92.308.691/0001-03
Resp. Téc.Cont.-Roberto da Silva Medeiros
CRC/RS 41.215/O-2 CPF: 407.347.650-53